

ROCHA PEIXOTO

OBRAS

VOLUME II

MUSEU MUNICIPAL DO PORTO. ENSINO.
POLÍTICA. ENSAIOS DIVERSOS. ECONOMIA.

Edição da CÂMARA MUNICIPAL DA PÓVOA DE VARZIM
1972

FAIANÇAS DAS CALDAS (*)

A notícia, espalhada há tempos de que ao encerramento da fábrica das Caldas da Rainha se seguiria a sua pronta liquidação, não tendo até hoje um desmentido tácito, é provável e desgraçadamente exacta, avultando desta arte o extenso registo das misérias nacionais com mais outra indústria moribunda. (**) O país, devendo à instituição que se vai extinguir o fabrico da faiança decorativa rapidamente elevada a um alto grau, entre nós ainda inédito, de estesia e técnica, bem como a iniciação da loiça resistente e de uso comum com o carácter acentuadamente nacional que lhe imprime a substituição da figurinha holandesa e china pela nossa flora e fauna ornamentais, a reprodução dos monumentos e dos tipos populares e as referências emblemáticas ao fecundo tradicionalismo português, não atende, como é de hábito em coisas tais, a mais este desastre cuja realidade parece confirmar-se.

Esta dolorosa indiferença, que seria singular se não tivesse precedentes demonstrativos do que são o desdém e a incúria indígenas perante a iniciativa nacional, (***) não se justifica, por outro lado, com o desconhecimento do valor real e estimativo da cerâmica das Caldas. Todos sabem que ao esforço dum extraordinário artista se deve a educação dum

(*) Artigo publicado no *Boletim do Ateneu Comercial do Porto*, vol. I (Porto, 1891), pp. 45-50. Dois anos mais tarde Rocha Peixoto reimprimiu este artigo n' *O Primeiro de Janeiro*, com alguns acréscimos e modificações, e pequenos cortes e alterações de carácter formal [Vide: Rocha Peixoto — «Faianças das Caldas», in *O Primeiro de Janeiro*, do Porto, de 26 de Maio de 1893 (p. 1)].

Neste vol. II das *OBRAS* de Rocha Peixoto reproduz-se o artigo original, indicando-se em notas as principais modificações e acréscimos operados na versão de *O Primeiro de Janeiro*.

(**) A versão deste artigo saída n' *O Primeiro de Janeiro* começa assim: «Já agora, depois do prolongado encerramento da fábrica de faianças das Caldas da Rainha, sem um auxílio oficial ou privado que lhe acuda, parece que se confirma a frase dum crítico que há dois anos (****), prevendo uma liquidação próxima, a dizia o mais bárbaro e cruel golpe que pode ferir uma indústria».

(***) Na versão deste artigo saída n' *O Primeiro de Janeiro* lê-se aqui: «perante a iniciativa e o trabalho nacionais» etc.

(****) Referência a Ramalho Ortigão [Vide: Ramalho Ortigão — *A Fábrica das Caldas da Rainha* (Porto, 1891), p. 5].

pessoal operário português que fabrica loiças com barros portugueses, e, o que é mais, inicia, na ornamentação, padrões absolutamente novos buscados nos recursos decorativos do país, ou actuais ou ressurgidos. Ainda de muitos é tão pouco conhecida a descoberta de processos novos para a aquisição de esmaltes, de brilhos e de cores não obtidos até agora, e, paralelamente, pequenos detalhes de técnica cerâmica, o que, tudo junto, é considerável sabendo-se que pouco ou nada se conhece da natureza das nossas argilas e, conseqüentemente, dos seus graus de deformabilidade, plasticidade e aptidão fabris.

(*) Contrariamente, longe de remediar com mais sacrifícios (!) a

(*) Precedendo o parágrafo que aqui se inicia, na versão deste artigo saída n' *O Primeiro de Janeiro* de 26 de Maio de 1893 lê-se o seguinte acréscimo:

«Recordarei, com palavras de outrém, a vasta e linda documentação etnográfica nacional que foi a surpresa de nós todos ao expor-se e que há quatro anos, em Paris, fez a reputação artística de Portugal e o inesperado encanto do mundo».

«Uma grande parte dos principais tipos do nosso incomparável vasilhame português, convertida em artigos de luxo pela delicada aplicação de um acessório ornamental: o alca-truz das nossas noras mouriscas; o moringue, que importámos da Índia e da América; o jarro chinês, imitado da taça Tsio e da taça *dos grandes letrados*, que os nossos viajantes transferiram da China pela primeira vez à Europa; várias bilhas populares, em que se conservam, com admirável pureza, as formas gregas e romanas da *cratera*, do *bombílio*, da *âmbula* e do *cântaro* consagrado a Baco; muitas das formas que herdámos dos árabes, como a *almotolia*, o *alguidar*, a *bátega*, a *alcanzia*, a *aljofaina*; os vasos figurativos, imitação dos que fomos os primeiros a ver no Perú e no México; os vários recipientes de origem pròpriamente popular, como os gomis, os pichéis, as púcaras, as quartinhas, as ancoretas, os cantis e os tarros. Inúmeros motivos decorativos, uns tradicionais, outros inteiramente novos, tirados da fauna e da flora desta zona da Estremadura: flores e folhas de cardo, de pimentos, de girassóis de hera, de vinha, de oliveira, de papoila, de carvalho, de feijoeiro; algas, pimentos, conchas, musgos, asas de grilos, cabeças de camarão, caranguejos, tartarugas, ruivos, mexilhões, enguias, rãs, lagostins; grupos de frutas, de peixes, de parreiros e de pintassilgos; revoadas de pombos e de andorinhas, ondulações de lagartos, lampejos dourados de escaravelhos e de abelhas; estilizações ou simples atitudes de carneiros, de bácoros, de burros, de touros, de gatos borralheiros e de gatos bravos; variadíssimas aplicações ornamentais de ferramentas ou de utensílios domésticos, gigos vindimos, cabazes, alforges, ceirões, borrachas, esteiras, abanos, tamancos, odres, redes, bóias, cordames e linhas de pesca».

E aí está como Rafael Bordalo «conseguiu no breve período de quatro anos criar um novo estilo decorativo genuinamente nacional, diz o crítico, educar operários de primeira força, triunfar pela beleza dos seus produtos em concorrência com produtos estrangeiros numa exposição universal, e sobre tudo isso tocar pela arte o coração do país inteiro, dar ao povo uma emoção nova de admiração, de orgulho, de fé na força do seu engenho e da sua produtividade, acordando para o trabalho, numa alvorada de triunfo, faculdades criativas de ima-

situação financeira(*) da companhia a que, trabalhos duma arrojada iniciativa, trouxeram inevitavelmente embaraços sérios de administração, alguém há que inculca desbaratos malèvolamente gratuitos, ocultando, como não era natural se falassem com uma isenção e inteireza francas, o tributo do aprendizado que todas as indústrias de tal ordem sempre, infeliz, mas necessariamente têm de pagar. Avantajam-se as falsidades pospondo-se-lhes o subsídio de cinco contos que o Estado anualmente lhe destina e esconde-se a cláusula a que a fábrica se obriga para com o país, ministrando a educação cerâmica aos alunos da Escola Industrial das Caldas até ao número avultado de 150 e remunerando-os ainda consoante as aptidões reveladas no trabalho.

Ora se cada um de nós alistasse os números representativos das somas que o país teria a dispendir, se tivesse instalado convenientemente em cada escola industrial as oficinas-modelos que não existem — o que justifica portanto a inutilidade prática, que todos lamentamos, dos nossos institutos profissionais(**)—verificaria com quanta parcimónia o Estado consegue a educação dos alunos ceramistas, cuja instrução técnica, cremos, ninguém terá a audácia de amesquinhar. Acresce ainda que tal educação não se restringe, como observaram todos os que visitaram a fábrica, ao ensino dos elementos da arte, mas estende-se mesmo a todas as particularidades e segredos da indústria, o que significa que se estão criando artistas que, ao diante, vão levar a outras fábricas originalidade e novidade de processos em geral sôfregamente reservados e como que privilégio das instituições que os descobrem. Este assinalado desprendimento contrasta notavelmente com o de certos proprietários de fábricas que, mesmo aos delegados do governo que por esse país fora iam fazendo o simples inquérito industrial, lhes fechavam impunemente as portas. Fazendo pois o balanço dos serviços que a fábrica das Caldas da Rainha presta à indústria portuguesa e contrapondo-lhes as deficiências e porventura erros pela administração cometidos, cer-

ginação, de sentimento e de técnica, que desde muito tempo se tinham por mortas no cérebro de uma raça aparentemente esterilizada para toda a concepção artística». (***)

(*) Na versão deste artigo saída n' *O Primeiro de Janeiro* lê-se aqui: «com mais sacrifícios — o Governo ou o público industrial — a situação financeira» etc.

(**) Na versão deste artigo saída n' *O Primeiro de Janeiro* lê-se aqui: «de grande parte dos nossos institutos profissionais» etc.

(***) As transcrições feitas por Rocha Peixoto pertencem à obra seguinte: Ramalho Ortigão — *A Fábrica das Caldas da Rainha* (Porto, 1891) pp. 7-8 e 20.

tificar-se-á cada um do débito em que a nação ainda está para com a notável instituição que a leviandade duns, a má fé de outros e o desdém de todos nós querem votar a um destino igual ao das indústrias das sedas, das lãs e da espartaria, da ourivesaria, da serralharia e da cutelaria, da botoaria e dos pentes, outrora mais ou menos prósperas, e hoje, como foi de nosso regalo, (*) quase extintas. Numa terra em que já não surpreende o relato diário de contratas menos lícitas com assentimento e colaboração de alguns homens de governo, era realmente de pasmar a solicitude com que se auxilia a anular o que a arte e a indústria nacionais têm do mais superiormente válido, se tudo isto não fosse, de resto, uma eficaz contribuição para a nossa ruína, desiderato, ao que vimos, inconscientemente apetecido pelo país. (**)

O que, porém, ainda muitos ignoram é que o laboratório de química experimental anexo à Escola e cuja instalação a fábrica permitiu se fizesse numa das suas dependências, estava destinado a ser, num futuro mais ou menos próximo, o centro de locubrações científicas que redundariam em serviços assinalados às indústrias do país. Se não se sabe calcula-se pelo menos que as nossas argilas, a não serem os caulinos de Alencarce e Feira, as refractárias da Abrigada, das Devezas, da Venda Seca e do Pombal, os ocres de Almagreira, de Belas e do vale do Lena, as margas de Estremoz, as argilas grafitosas do Douro e Beira, as carbonosas de Famalicão e poucas mais, são quase totalmente desconhecidas na sua natureza e propriedades. É todavia o país rico em matéria prima; e se esta substância, notável pela extrema complexidade da associação, em proporções múltiplas, de outros elementos, pelo processo de alteração e das circunstâncias geológicas especiais que presidiram ao desagregamento e à decomposição, nos é geral e imperfeitamente conhecida, é também certo que a simplicidade da composição e origem de cada tipo, corresponde a propriedades técnicas diversas—apiricidade, fusibilidade e plasticidade—bem como a graus diferentes de permeabilidade, de coesão, de dureza e de resistência. Da ignorância em que está o industrial português acerca da matéria prima que vai manufacturar resulta que, perante duas espécies de argila cujo aspecto e ligeira análise indicam como idênticas, obtém na cozedura, submetidas que

(*) Na versão deste artigo saída n' *O Primeiro de Janeiro* lê-se aqui: «foi de nossa vontade» etc.

(**) Na versão deste artigo saída n' *O Primeiro de Janeiro* lê-se aqui: «se tudo isso não derivasse, afinal, da má estrela que preside à nossa irreparável ruína» etc.

ROCHA PEIXOTO

sejam a uma mesma temperatura, produtos distintos, geralmente desastrosos e origem de desânimo em futuras tentativas. Eis por que a substância adoptada por cada ceramista não é em geral e prudentemente substituída. Por último, sendo certo que as argilas não aparecem em estado de poderem entrar imediatamente no fabrico, mas carecem até de uma homogenização prévia, percebe-se que não é em tais especulações de carácter eminentemente científico que o industrial terá a ocupar o melhor do seu tempo e do seu dinheiro.

Ora todo este trabalho de longa observação e dum inquérito tanto mais demorado quanto o país é felizmente abundante em matéria prima compete, naturalissimamente, aos estabelecimentos para cuja manutenção todos pagamos e cujos destinos, de resto, parecem bem outros do que aqueles com que etiquetam as folhas dos vencimentos. Esses institutos são, entre outros, os laboratórios químicos das escolas profissionais. No caso que nos ocupa, o da Escola Industrial das Caldas, actualmente com um pessoal estrangeiro competentemente habilitado e, ainda mais, com bons intuitos de investigação e de trabalho, poderia iniciar esta bela obra de prosperidade, auxiliando assim o país a evitar desembolsos quase ruinosos se o país um dia se lembrasse de mandar inquirir a riqueza e o valor dos seus produtos naturais. Esse trabalho, a fazer-se, dever-se-ia implicitamente à fábrica de faianças das Caldas da Rainha, a qual, se não existisse, não teria fornecido até aqui os extraordinários elementos de educação científica, artística e técnica que são a verdadeira fortuna dos alunos da Escola Industrial e cujo mérito é incontrovertidamente superior ao das outras escolas que existem no país, onde os resultados da aprendizagem são aqueles que os senhores estão vendo.

Fica pois assente, para todos os que virem lúcido nesta ligeira exposição, e cuja autenticidade é fácil e absolutamente verificável, que o encerramento definitivo da fábrica das Caldas é mais um desastre nacional; e ao Estado, a todos os homens do país que intervêm ordinariamente nas empresas industriais, cabe o dever de o impedir. Um futuro desafogado e avantajadamente próspero é inquestionável; precisamente quando a fábrica despedia artífices já insignes por obras de êxito completo e certo, ia ser lançada ao mercado a loiça de uso doméstico; nesta, principalmente, está a maior documentação do que seria em breve essa importante fonte de receita se os governos comessem a fornecer a marinha, os hospitais e os recolhimentos e todos nós individualmente, sem esperarmos que o vizinho desse o exemplo, tivéssemos o prazer de possuir excelente loiça portuguesa, forte e resistente, rica

de brilho e de forma, e ilustrada ainda com motivos decalcados em assuntos nacionais pelo maior dos artistas de Portugal. (*)

Se os homens deste país conservassem uma atitude impassível perante a fatalidade assassina que ameaça de vez uma das nossas maiores glórias, terá Rafael Bordalo Pinheiro a última das suas desilusões visto que então lhe compete ir-se embora duma terra que, se actualmente lhe nega os meios de trabalho para exercer amplamente a sua formidável organização artística, lhe prepara sem dúvida, depois de morto, como a última das mais burlescas irrisões, apoteoses de igreja e porventura cortejos cívicos.

(*) Na versão deste artigo saída n' *O Primeiro de Janeiro* lê-se aqui: «com motivos decalcados em assuntos nacionais por um dos maiores artistas de Portugal».